



## VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E MORTIFICAÇÃO DO EU EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO MILITAR

Natália Aimar Ferreira <sup>1</sup>  
Caio Luiz Cardoso Oliveiras <sup>2</sup>  
Cristiane Carvalho Nunes de Souza <sup>3</sup>  
Jacqueline Dias da Silva Santos <sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente texto constitui-se como um relato de experiência que versa sobre a atuação docente no ensino de Sociologia em uma instituição pública de ensino médio voltada para filhos de militares. O colégio em questão apresenta uma peculiar configuração de gestão: a administração é conduzida por militares, enquanto a dimensão pedagógica está a cargo de profissionais da educação civil — docentes e pedagogos —, que, todavia, se encontram subordinados à autoridade militar. Trata-se, portanto, de um caso exemplar de gestão compartilhada sob uma lógica hierarquizada.

A instituição adota marcos e estruturas da rede pública estadual, como a contratação por concurso público, a utilização dos documentos curriculares oficiais (como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC) e a composição disciplinar semelhante a outras escolas públicas. No entanto, a prática pedagógica e o cotidiano escolar são permeados por solenidades, códigos de conduta, valores e hierarquias típicas do militarismo, revelando uma singular articulação entre o ethos militar e a função educativa.

Neste relato, destacarei um aspecto específico desse contexto: as noções de identidade que a escola propaga e como estas se articulam com o conceito de violência simbólica, de Pierre Bourdieu (1989), e mortificação do eu, de Erving Goffman (1987). A partir dessa lente, procurarei refletir como práticas propagadas pelo colégio podem configurar violências simbólicas a partir da violação de suas identidades, estas que são tão caras nessa idade.

### A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Desde a chegada à instituição, o corpo discente é imerso em um processo de socialização que enfatiza uma identidade coletiva fortemente marcada por valores como disciplina, hierarquia, patriotismo e deferência à autoridade. Esses elementos não apenas

---

<sup>1</sup> Professora Substituta da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, profnataliaaimar@gmail.com

<sup>2</sup> Professor da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais - MG, ccardoso210@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, criscns2006@gmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, dias.jacqueline@estudante.ufjf.br



compõem um discurso explícito, reforçado por cerimônias cívicas, fardamento e rituais diários, mas também conformam as expectativas sobre o comportamento e as disposições internas.

Aos discentes é exigido o uso de fardamento impecável, o uso de filas para adentrar ou sair da instituição, a realização de formaturas frente às autoridades, cortes de cabelo, barba e unhas padronizados e o cumprimento de rituais diários como a formatura frente as autoridades. Destaco algumas dessas práticas que mais me chamaram atenção, tanto pela sua rigidez quanto pelo seu impacto na construção da subjetividade dos estudantes.

Com relação às vestimentas, os estudantes utilizam um uniforme semelhante ao das instituições militares e passam por inspeções surpresa. Em tais momentos, são enfileirados e inspecionados por militares responsáveis pela disciplina, que verificam, com rigor, se os cortes de cabelo, a barba, as unhas e o estado das vestes estão conforme o regulamento. Certa vez, observei um episódio emblemático: um estudante fazia uso de uma medicação que impedia o barbear. Com a devida comprovação médica, foi permitido que ele não raspasse a barba — mas sob a condição de que ele não utilizasse a farda completa, o que o diferenciava visualmente dos demais colegas, marcando-o como uma exceção e, de certo modo, estigmatizando-o.

Outro elemento revelador foi o incômodo manifestado pela direção militar com como os estudantes se portavam fora da escola. Ao saírem dos portões, devido ao calor, muitos desabotoavam o colarinho da camisa, retiravam as boinas e se dirigiam a suas casas de forma mais descontraída. Isso foi interpretado como um desrespeito à instituição, o que levou à criação de uma nova prática: militares passaram a realizar rondas no entorno da escola, nos horários de saída, a fim de fiscalizar o comportamento dos estudantes.

Os comportamentos que fogem ao esperado são passíveis de punição. Esta ocorre por meio do preenchimento de um documento, semelhante a uma advertência formal, que deve ser assinado pelos responsáveis. O acúmulo desses documentos funciona como uma marca simbólica negativa, um estigma que associa o estudante à indisciplina.

Outro ritual que surpreende os servidores civis é a chamada “formatura” dentro da sala de aula. Sempre que um professor adentra a sala, os estudantes devem se levantar, e o representante da turma “apresenta” a classe ao docente, que deve prestar continência ou outro gesto formal. Tal ritual é indispensável e, caso o professor se recuse ou se esqueça de cumprir a liturgia, é advertido.

Em uma aula de Sociologia, ao abordar o tema da identidade, ocorreu-me um exercício interessante: perguntei-me se eu reconheceria aqueles estudantes fora do ambiente escolar,



desprovidos da farda e dos códigos impostos. Tentei imaginar quais seriam seus estilos: rockeiros, esportistas, adeptos de subculturas urbanas, usuários de adereços como piercings, brincos ou tatuagens... Percebi, com certo desconforto, que seria incapaz de reconhecê-los. Mais interessante ainda foi perceber que eles também expressavam incômodo com a podaçoão de suas identidades, sobretudo nas conversas informais e nas entrelinhas de seus discursos.

## **VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E MORTIFICAÇÃO DO EU**

Pierre Bourdieu (1989) conceitua violência simbólica como a imposição de significados e visões de mundo que se apresentam como legítimos e naturais, de modo a serem reconhecidos até mesmo pelos dominados como justos e desejáveis. Trata-se de uma forma de dominação que dispensa o uso explícito da coerção física, operando antes pela internalização de normas e valores que conformam percepções e condutas.

No contexto desta instituição, a violência simbólica manifesta-se, por exemplo, na aceitação acrítica de rituais militarizados como parte indissociável da “boa formação cidadã”. Elementos como a obrigatoriedade da “formatura”, as comemorações de datas patrióticas com formaturas e desfiles, o uso do uniforme completo mesmo em atividades pedagógicas distintas e a vigilância extrapolando os muros da escola são exemplos de dispositivos que reforçam uma ordem simbólica naturalizada.

No entanto, mais do que um controle da instituição, o que se observa é um processo mais profundo, que Goffman (1961) denomina de mortificação do eu — conceito desenvolvido a partir de suas análises de instituições totais, como prisões, hospitais psiquiátricos e quartéis. Segundo o autor, a mortificação do eu ocorre quando a pessoa, ao ingressar em uma instituição fortemente hierarquizada, passa por um conjunto de rituais de despersonalização que visam apagar sua identidade individual e reconstruí-la de acordo com as normas institucionais.

Na escola militarizada, práticas como a uniformização visual (fardamento, corte de cabelo, ausência de adereços), a vigilância constante (rondas externas), o controle das interações (formaturas, apresentação das turmas), bem como a imposição de sanções (advertências e punições) configuram dispositivos que contribuem para esse esvaziamento da individualidade. A proibição tácita de expressões pessoais — como estilos de roupa, adornos corporais ou modos de falar — age sobre os estudantes de forma a anular aspectos identitários anteriores e impor uma nova identidade institucional.



O episódio do estudante impossibilitado de usar a farda por conta da barba é emblemático: ao não cumprir o padrão visual imposto, ele é separado visualmente do coletivo, vivenciando aquilo que Goffman (1987) chama de ruptura da linha de pertencimento — um momento em que o eu anterior (com suas singularidades) colide com o eu institucionalizado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relato buscou evidenciar como a construção de identidades escolares em uma instituição militarizada articula-se com mecanismos de violência simbólica que naturalizam hierarquias e valores. A gestão compartilhada, embora formalmente democrática, subordina a dimensão pedagógica a imperativos militares, tensionando a prática docente e limitando possibilidades de um ensino crítico.

A compreensão desses processos é fundamental para que possamos, enquanto educadores, refletir sobre os limites e as possibilidades de intervenção pedagógica em contextos de dominação simbólica, buscando estratégias que ampliem o repertório reflexivo dos estudantes e favoreçam uma educação emancipadora.

### **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.